

GRUPO I – CLASSE IV – Plenário

TC 015.563/2013-8 (Apenso: TC 043.929/2012-5)

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Entidade: Município de Formoso do Araguaia/TO.

Responsáveis: Pedro Rezende Tavares (291.752.321-20), Marília Barros Coelho (812.472.571-34), Lucélia Lima de Oliveira (944.638.911-91), Marcos Santos Jorge (016.778.271-14), Paulo Leniman Barbosa Silva (422.905.624-91), Maria Regina Borges Leal (049.256.206-73) e Ferreira Franco Engenharia Ltda. (86.904.109/0001-79)

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL ORIUNDA DE CONVERSÃO DE PROCESSO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA. RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS A ENTE MUNICIPAL POR MEIO DE TERMO DE COMPROMISSO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL E CANALIZAÇÃO DE CÓRREGO. IRREGULARIDADES CAUSADORAS DE DANO AO ERÁRIO. REDUÇÃO DA DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE E DA METRAGEM DO LASTRO DE PEDRA PROJETADO PARA O LEITO DA CANALIZAÇÃO DOS CÓRREGOS SEM OS CORRESPONDENTES AJUSTES NO VALOR PAGO. INEXECUÇÃO DE POÇOS DE VISITA. FALTA DE DEVOLUÇÃO AO ÓRGÃO REPASSADOR DOS RECURSOS ORIUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA. VÍCIOS NA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTAS IRREGULARES DE DOIS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, COM DÉBITO E MULTA PROPORCIONAL AO DANO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS PELAS FALHAS NO CERTAME. ARQUIVAMENTO DAS CONTAS DA RESPONSÁVEL FALECIDA.

1. Julgam-se irregulares as contas dos responsáveis, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito apurado e aplicando-se-lhes a multa pertinente, em decorrência da não comprovação do correto emprego dos recursos públicos no objeto pactuado.

2. Cabe aplicar multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 aos responsáveis pelos vícios constatados em procedimento licitatório, havendo tais falhas, em seu conjunto, concorrido para a restrição do caráter competitivo do certame.

RELATÓRIO

Trata-se da Tomada de Contas Especial oriunda da conversão do processo de Relatório de Auditoria objeto do TC 043.929/2013-8, por força do Acórdão 1.255/2013 – Plenário, referente à

fiscalização realizada pela Secex/TO no Município de Formoso do Araguaia/TO, com a finalidade de verificar a regularidade na aplicação dos recursos públicos federais transferidos ao aludido Município, por meio do Termo de Compromisso, aprovado pela Portaria 97/2009 da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei 11.578/2007.

2. Segundo a avença, à União coube a importância de R\$ 15.491.997,76 e ao Município de Formoso do Araguaia/TO, o valor de R\$ 316.163,22 a título de contrapartida, totalizando assim R\$ 15.808.160,98, para serem aplicados nas obras de drenagem pluvial e canalização de córregos, identificadas sob o código da funcional programática 17.512.1138.10SG.0001 (MI00627).

3. De acordo com o Plano de Trabalho, as obras pactuadas contemplavam a macrodrenagem do entorno urbano, com a implantação de rede de drenagem de águas pluviais, (1.696,00 m), integrada e complementada com a canalização do córrego do Lago (5.320,00 m) e dos Lavapés (9.454,20 m), conforme consta da Peça 8, p. 1/7 (TC 043.929/2012-5 em apenso).

4. No Relatório de Auditoria, apreciado pelo Acórdão 1.255/2013 – Plenário, foram apontadas, em síntese, irregularidades que configuram dano ao erário e vícios na condução do processo de licitação relativo à Concorrência 3/2009, que restringiram o caráter competitivo do certame e direcionaram o respectivo resultado.

5. Em razão de tais achados, o Plenário do Tribunal, no que interessa a esta fase processual, decidiu:

5.1. converter aqueles autos de Relatório de Auditoria em Tomada de Contas Especial;

5.2. determinar a citação solidária do Sr. Pedro Rezende Tavares (ex-Prefeito), da empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda. (contratada para executar as obras) e do espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal (engenheira fiscal das obras), devido às falhas que resultaram dano ao erário;

5.3. ordenar a audiência das Sras. Marília Barros Coelho e Lucélia Lima de Oliveira, e do Sr. Marcos Santos Jorge (integrantes da Comissão de Licitação), dos Srs. Pedro Rezende Tavares (ex-Prefeito) e Paulo Leniman Barbosa Silva (parecerista jurídico) pelas falhas relacionadas no processo da Concorrência 3/2009.

6. A Secex/TO promoveu então as citações, exceto a do espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal, e as audiências determinadas no referido **decisum**, havendo os responsáveis encaminhado suas alegações e justificativas ao Tribunal. A seguir, transcrevo, com os ajustes de forma pertinentes, excerto da instrução constante da peça 111, na qual os elementos de defesa foram assim resumidos e analisados no âmbito da unidade técnica:

“QUESTÃO PRELIMINAR

7. O subitem 9.2 do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário determinou a citação, em caráter solidário com outros responsáveis (peça 1), do espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal, engenheira contratada pela municipalidade para exercer a função de fiscal das obras de drenagem pluvial objeto do Termo de Compromisso firmado com a SIH/MI. A inclusão do espólio em questão decorreu do fato de que, já na fase de execução da auditoria realizada por equipe da Secex-TO, dispunha-se de evidência documental comprobatória do falecimento da referida pessoa, ocorrido em 24/11/2012 (peça 4).

8. Assim esclarecido e, constando na certidão de óbito declaração de suposta existência de bens a inventariar, antes de expedir os ofícios citatórios, decidiu-se diligenciar o Fórum da Comarca de Palmas/TO, requerendo informações sobre a existência de processo de inventário ou arrolamento referente à partilha dos bens porventura deixados pela **de cujus** apontando-se, se fosse o caso, nome e endereço do inventariante ou cópia da sentença que porventura tivesse homologado partilha (peças 5-7).

9. Em resposta a Secex-TO foi informada da inexistência de processos discriminados na demanda da Secex-TO, em nome da falecida, salientando, porém, a existência de alvará judicial tramitando na Primeira Vara Cível da Comarca de Palmas, recomendando que tal instância fosse diretamente acionada para prestar esclarecimentos ou fornecer cópias documentais (peça 9).

10. Ato contínuo, a Secex-TO expediu diligência ao Juiz Titular da Vara Cível retro citada (peça

10-11). Em resposta, acompanhada de documentação pertinente, esta Unidade Técnica (UT) foi noticiada de que a falecida não deixou herdeiros, nem bens a inventariar (peça 12).

11. Anexada ao expediente de resposta à diligência consta cópia de petição de natureza judicial, patrocinada por Defensor Público, tendo por requerentes os ascendentes da falecida, e como objeto pleito de levantamento de valor referente ao saldo (R\$ 4.243,44) de benefício previdenciário (auxílio doença) concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da então falecida, registrado sob o código identificador NB 5457590255 (peça 12, p. 2-19), já cessado na ocasião da demanda feita ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

12. Em análise perfunctória dessa documentação depreende-se inviável e inútil, para fins de responsabilização decorrente deste processo, a citação do espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal, pelas seguintes razões:

- i) a falecida não deixou bens a inventariar;
- ii) o valor constante no Alvará Judicial teve como fundamento a necessidade de adimplir despesas de natureza hospitalar realizadas com a própria falecida;
- iii) há indícios de que os ascendentes da falecida são pessoas sem condições financeiras de suportarem custas judiciais, haja vista terem recorrido a Defensor Público do Estado do Tocantins para atuar como causídico, bem como de deferimento do benefício da justiça gratuita na obtenção do alvará judicial demandado para liberação do diminuto saldo de auxílio previdenciário, de natureza temporária e já suspenso pelo INSS;
- iv) ante as circunstâncias ora conhecidas, o teor do inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal (nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido) inviabiliza a citação ou o alcance de quaisquer herdeiros (ascendentes ou descendentes) ou legatários, em que pese o teor da Súmula 282 da jurisprudência do TCU (as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis).

13. Tendo presentes os pressupostos e deduções acima explicitados, entendemos como medida processual cabível a exclusão do espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal (CPF 049.256.206-73) do rol de responsáveis solidários discriminado no subitem 9.2 do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário.

CITAÇÕES E ALEGAÇÕES DE DEFESA

14. Para melhor compreensão, listamos adiante os atos irregulares que deram causa às citações solidárias do ex-prefeito de Formoso do Araguaia/TO, Pedro Rezende Tavares (mandato 2009-2012), e da empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., contratada pela prefeitura para executar as obras da rede de drenagem de águas pluviais do entorno urbano e da canalização dos córregos Lavapés e do Lago, objeto do PT e do TC aprovados pela Portaria 97/2009, da SIH/MI, por serem considerados irregulares e danosos, com base no teor do **decisum** referenciado e dos correspondentes expedientes citatórios (peças 22 e 57):

Responsáveis solidários: Sr. Pedro Rezende Tavares, ex-Prefeito, e empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda..

Irregularidades: as descritas nos subitens 9.2.1 a 9.2.5 do Acórdão 1.255/2013 – Plenário ‘9.2.1. utilização do valor de R\$ 14.551,71 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e um reais, e setenta e um centavos) em serviços não autorizados pelo Ministério da Integração Nacional e retidos indevidamente pelo Município de Formoso do Araguaia/TO, sendo o montante formado até 30/11/2012 pelos rendimentos dos recursos federais repassados auferidos a partir de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB (R\$ 14.272,60) e no Fundo de Curto Prazo Administrativo Supremo (R\$ 279,11):

Valor (R\$)	Data
14.272,60	30/11/2012
279,11	30/11/2012

9.2.2. redução da Distância Média de Transporte – DMT de 75 km utilizada como fator de formação de custo para o item unitário ‘transporte de pedra rachão’, quando toda a aquisição de pedras foi realizada por intermédio da Mineração Rio Formoso Ltda. (Mina Morro Azul), cuja DMT aferida entre o fornecedor e o ponto médio das obras de canalização dos Córregos Lavapés e do Lago, no Município de Formoso do Araguaia/TO, é de 20 km; tal redução importou no pagamento indevido de R\$ 2.569.623,70 (dois milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta centavos):

Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data
137.473,89	26/11/2010	222.660,90	26/11/2010
500.051,60	09/09/2010	178.838,79	24/09/2010
276.690,73	02/08/2010	654.650,10	09/09/2010
226.372,09	31/05/2010	372.885,60	02/08/2010

9.2.3. redução de 1,00 metro (50 cm de cada lado) de largura do lastro de pedra projetado para preparar o leito dos canais para receber os colchões reno e as caixas de gabiões dos canais de drenagem, sendo o valor composto pelo preço (custo+BDI) do transporte de pedra rachão e do enrocamento de pedra arrumada não realizados, resultando no pagamento indevido de R\$ 309.480,03 (trezentos e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e três centavos):

Valor (R\$)	Data
50.664,04	31/05/2010
149.820,17	26/11/2010
108.995,82	09/09/2010

9.2.4. redução do valor estimado nas etapas de escavação e reaterros das valas e taludes previstos e dimensionados no projeto para a construção dos canais de drenagem dos Córregos Lavapés e do Lago, formado pela composição dos preços (custos+BDI) e supressão de volumes dos itens de serviço identificados pelos códigos 2.04, 2.05, 2.06, 2.14 e 2.15 na respectiva planilha, causando pagamento indevido no montante de R\$ 233.514,99 (duzentos e trinta e três mil, quinhentos e catorze reais e noventa e nove centavos):

Valor (R\$)	Data	Valor (R\$)	Data
36.404,08	26/11/2010	38.765,26	26/11/2010
7.582,08	09/09/2010	22.710,96	26/11/2010
4.115,72	26/11/2010	123.079,70	26/11/2010
857,19	09/09/2010		

9.2.5. inexecução de 29 “poços de visita – PVI06” previstos e cobrados no item 3.13 da planilha, resultando pagamento indevido de R\$ 71.971,84 (setenta e um mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos):

Valor (R\$)	Data
2.481,79	12/05/2010
69.490,05	05/04/2010

(...)

Alegações de defesa: Sr. Pedro Rezende Tavares (peça 75)

17. Nessa linha de trabalho, no que concerne à imputação de utilização e retenção indevida de R\$ 14.551,71 dos rendimentos financeiros auferidos, o responsável faz as seguintes alegações (peça 75):

- i) reconhece a utilização do valor de R\$ 14.272,60 provenientes de rendimentos de aplicações financeiras dos créditos transferidos pela União, embora refute a assertiva dos auditores de que tais recursos foram aplicados em serviços não autorizados pelo Ministério da Integração, afirmando que o Primeiro e o Segundo Termos Aditivos do Contrato 062/2009, firmados entre a prefeitura e a empresa contratada para a execução das obras, promoveram adequações

das planilhas da obra imprescindíveis à conclusão e perfeito atingimento dos fins previstos no instrumento de natureza convenial;

ii) assevera que a utilização de tais rendimentos não foi proibida quando da celebração do Termo de Compromisso, recorrendo ao dispositivo abaixo transcrito que, segundo seu entendimento, permitia o emprego na consecução do objeto, o que teria sido efetivamente praticado:

‘XVI - Recolher à conta do Tesouro Nacional eventual saldo dos recursos liberados, bem como o valor atualizado monetariamente, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto deste instrumento e, também, os correspondentes a rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;’

iii) alternativamente, especulando a hipótese de que os argumentos antecedentes não sejam acolhidos, propõe que a devolução da quantia seja requerida diretamente à Prefeitura de Formoso do Araguaia/TO, aduzindo a possibilidade de enriquecimento ilícito do Poder Público, uma vez que os valores reclamados foram empregados em obra do município.

Análise

18. Opinamos pela rejeição das alegações, com supedâneo nas seguintes considerações:

i) com base no resumo da movimentação financeira relativa ao TC e ao contrato de execução da obra (peça 85), apura-se de modo incontestável que os rendimentos financeiros decorriam de aplicações dos valores repassados pela SIH/MI, tendo em vista que os valores das contrapartidas municipais só eram disponibilizadas no exato dia dos desembolsos em favor da construtora contratada, salvo em uma oportunidade, relativa à cobrança da nota fiscal 1005, cujo pagamento ocorreu em 12/5/2010 e a contrapartida municipal (R\$ 16.645,34) foi depositada dois dias antes, em 10/5/2010 (Peça 86, p. 6). De qualquer modo, nesta condição era inviável fazer aplicação financeira de recurso municipal;

ii) também não procede a assertiva de que os valores foram integralmente aplicados na obra. Isso porque apesar do valor ajustado entre o município e a construtora, após dois termos aditivos firmados que provocaram alterações do valor global originalmente contratado, o montante final ficou estipulado num valor (R\$ 15.843.902,77) maior que o pactuado no TC (R\$ 15.808.160,98), resultando em emissão de notas fiscais e cobranças nesse exato importe. Todavia, o montante efetivamente desembolsado à construtora Ferreira Franco Engenharia Ltda. foi de R\$ 15.814.709,42. Mesmo assim, esse valor efetivamente pago superou o formalizado no TC, o qual não sofreu alterações nos compromissos financeiros dos partícipes (R\$ 15.491.997,76 a serem aportados pelo órgão federal Compromitente e R\$ 316.163,22 pelo Compromissário);

iii) complementarmente, convém ressaltar, o valor acrescido ao contrato de execução da obra por meio do segundo termo aditivo (R\$ 35.741,79) não comportava nenhuma obrigação financeira para o órgão federal Compromitente, haja vista que tal alteração contratual foi celebrada sem qualquer consulta, participação ou aval da SIH/MI, conforme narrativa do Relatório de Auditoria (peça 83, p. 10, 1º e 2º parágrafos);

iv) por outro lado, mesmo com as alterações de valor do Segundo Aditivo e dos desembolsos que superaram o valor previsto no TC, as contrapartidas efetivamente liberadas pelo ex-prefeito somaram R\$ 316.870,02, representando um acréscimo tão somente de R\$ 706,80 em relação ao valor pactuado no instrumento convenial (R\$ 316.163,22, conf. peça 84, p. 1);

v) ainda refutando a alegação de que os valores foram empregados na obra, o ex-prefeito já havia emitido termo de aceitação definitivo desde 2010 (peça 89, p. 2) e não havia restituído saldos de aplicações financeiras (peça 87, p. 33 e peça 88, p. 21) até a ocasião da auditoria realizada por equipe da Secex-TO, já no desfecho de seu mandato, que se encerraria em dezembro de 2012. Some-se, na elaboração da presente Instrução coligimos informação da

SIH/MI informando não dispor de documento comprobatório de devolução dos rendimentos (peça 104);

vi) a alusão ao Item XVI do TC (peça 84, p. 3) não acode em favor do alegante, pelo contrário, corrobora o dano causado à União, por configurar descumprimento de dispositivo expresso que obrigava o gestor a utilizar os rendimentos financeiros auferidos pelos recursos federais na obra vinculada, ou de restituí-los, quando houvesse saldo. No caso concreto, houve violação das duas hipóteses;

vii) para fins informativos, nota-se que o defendente trata apenas da parcela R\$ 14.272,60, que representa a maior parte do montante impugnado, embora seja omissivo quanto à parcela de R\$ 279,11 que completaria o valor integral (R\$ 14.551,71).

Alegações de defesa: Sr. Pedro Rezende Tavares

19. Concernentemente à redução da DMT para ‘transporte de pedra rachão’, de 75 km para 20 km, a contestação da parte se faz nas seguintes bases:

i) aduz que o item pedra rachão não estava previsto, de maneira clara, na planilha que detalha os materiais e serviços do contrato, tendo como fonte aquisição ou extração da pedra em jazida;

ii) argumenta que o valor previsto na planilha original tratava tão somente do transporte de pedra rachão a 75 km da obra. Todavia, na execução, houve reprogramação que definiu o valor previsto no orçamento da licitação como custo de aquisição e de transporte das pedras, com o mesmo orçamento previsto inicialmente, sem acréscimo financeiro para o contratante;

iii) anexa expediente supostamente emitido pela construtora Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 75, p. 13-15) para comprovar que foi detectada falta de previsão e, conseqüentemente, de cotação para aquisições do material ‘pedra rachão’, propugna que a redução da DMT de 75 km para 20 km manteria preços similares, destacando que o valor cotado na licitação foi suficiente para cobrir as reprogramações necessárias.

Análise

20. A estratégia e os argumentos de defesa não se mostram verossimilhantes, implicando em nossa opinião em sua na rejeição dos mesmos, ancorados nas seguintes premissas:

i) como se depreende da planilha que integrou o Projeto Básico submetido pelo município à SIH/MI, subscrita pelo próprio defendente e pela engenheira Maria Regina Borges Leal, cada item unitário de serviço teve como parâmetro de preço referencial as correspondentes composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi ou, do Sistema de Custos Rodoviários - Sicro (peça 90);

ii) ainda na planilha de preços que integrou o PB o valor global, com BDI (25%), importou em R\$ 15.808.160,98 (peça 90, p. 4), exato valor pactuado via Termo de Compromisso para as obras (peça 84, p. 1), bem como ajustado pela prefeitura e pela construtora por meio do primeiro termo aditivo (peça 92);

iii) outrossim, a extração de demonstrativos de composições e insumos do Sinapi (peças 91) mostram que os serviços que demandavam pedra rachão (enrocamento de pedra rachão arrumada - Sinapi 73698, gabião tipo caixa 8/10 - Sinapi 73889 e gabião tipo colchão - Sinapi 73842) possuem em suas composições cotação indissociável para tal insumo, individualizado no Sinapi pelo código 4730 (peça 91, p. 4);

iv) logo, havia sim cotação para aquisição das pedras nas composições onde tal material era necessário (canalização dos córregos), de modo que a manutenção da DMT de 75 km como variável utilizada na estipulação dos preços de transporte de pedra quando se sabia, previamente, que todas as aquisições procederiam da Mineração Rio Formoso Ltda. (Mina Morro Azul), situada a 20 km do ponto médio da obra, causou prejuízo ao erário, ilegítima e dolosamente.

Alegações de defesa: Sr. Pedro Rezende Tavares

21. Tratando da redução de 1,00 metro (50 cm do cada lado) de largura do lastro de pedra projetado para preparar o leito dos canais para receber os colchões reno e as caixas de gabiões dos canais de drenagem, repercutindo nos valores pagos a título de ‘transporte de pedra rachão’ e ‘enrocamento de pedra arrumada’, o citado avoca as seguintes teses:

- i) sugere ter havido equívoco na abordagem pelo fato de que o ‘enrocamento de pedra arrumada’ com 12,00 metros de largura fica debaixo dos ‘colchões reno’, já que estes têm a medida padrão da soma das ‘caixas de gabião’ que, unidas e amarradas uns aos outros, totalizam 11,00 metros de largura;
- ii) recorre ao auxílio de fotografias da época da construção para afirmar que a montagem da manta ‘bidim’, sobre a qual foram montadas as ‘caixas dos gabiões’ totaliza 11 metros, embora o lastro tenha 12 metros, de uma extremidade a outra (peça 75, p. 5-6);
- iii) derradeiramente, pondera que não são aceitáveis as afirmações de distorção de metragem, arguindo-se medida inferior, conquanto na época da fiscalização não houve nenhuma sondagem para que houvesse tal confirmação.

Análise

22. Novamente, rechaçamos as alegações, em virtude das razões que adiante listamos:

- i) primeiramente, urge esclarecer que alguns registros fotográficos produzidos pela municipalidade, conhecidos na fase de execução da auditoria (peça 93, p. 4-6), foram exatamente os indícios que induziram à conclusão de que as extremidades dos gabiões tipo caixa, que representam as paredes de ambos os córregos canalizados, tiveram seus limites exteriores coincidindo com os limites laterais do lastro de pedra (enrocamento de pedra arrumada) sobre o qual foram montados;
- ii) defrontados com tal possibilidade a equipe de auditoria escavou furos em ambas as laterais de cada canal, executados junto aos limites exteriores de cada gabião tipo caixa (peça 94), ultrapassando a profundidade onde se situavam os próprios lastros de pedras e, assim, confirmando que foram suprimidos 50 cm de largura de cada lado do lastro (peça 95), reduzindo dimensionamentos previstos no projeto (peça 96), contudo, pagando como se tivessem sido preservados na execução.

Alegação de defesa: Sr. Pedro Rezende Tavares

23. Relativamente à redução de volumes nas etapas de escavação e reaterros das valas e taludes para a canalização dos córregos Lavapés e do Lago, com reflexos em certos itens unitários de serviço (2.04, 2.05, 2.06, 2.14 e 2.15, da planilha de preços contratada) alega-se, sinteticamente, que a construção do lastro de pedras não foi reduzida o que, conseqüentemente, não poderia acarretar alterações nos serviços de escavação e reaterros das valas e taludes, impugnados pela equipe de auditoria.

Análise

24. De fato, os serviços de escavação e reaterros das valas e taludes para a canalização dos córregos estão intrinsecamente ligados à largura do lastro de pedras efetivamente executado, como bem observou o defendente.

25. Assim esclarecido, reafirmamos nosso posicionamento de que a redução da largura do lastro de pedras (enrocamento de pedra arrumada), que definiu o leito dos canais do Lago e Lavapés, implicou em indissociável redução dos volumes escavados e reaterros (peça 97), por razão óbvia: não havia necessidade de escavar e reaterros os volumes previstos no projeto (peça 96) quando, concretamente, fez-se uma diminuição da largura do lastro de pedras, sendo esta variável decisiva para determinar o volume daqueles serviços. Nesse entendimento, consideramos insubsistentes as alegações ora analisadas.

Alegações de defesa: Sr. Pedro Rezende Tavares

26. Cingindo-se aos indícios de inexecução de 29 ‘poços de visita – PVI06’ previstos e cobrados no item 3.13 da planilha de serviços e preços, interpõe registros fotográficos para auxiliarem na formatação dos seguintes argumentos:

- i) primeiramente, aduz que todos os ‘PVI06’ foram executados, localizados e fotografados, embora só exiba fotografias de apenas sete tampões que hipoteticamente compunham as obras de arte corrente da obra (peça 5, p. 8-11);
- ii) menciona que o ‘Mapa de Locação e Travado de Redes’ indicariam a localização dos poços de visita;
- iii) suscita a hipótese de que a equipe de auditoria não teve à sua disposição mapa indicativo ou não percorreu os trechos da avenida Senador Pedro Ludovico Teixeira, onde situavam-se os poços de visita;
- iv) declara que, ante a falta de pavimentação de parte da avenida supracitada, em algumas bocas de lobo e poços de visitas foram colocadas tábuas e que estas aterradas para que a tubulação não ficasse entupida, de modo que em momento oportuno fossem descobertos para complemento de projeto e cumprimento de objetivo da obra.

Análise

27. Reputamos que as alegações oferecidas são incompletas e frágeis, desservindo para afastar a imputação, consoante razões ora consignadas:

- i) antes da análise propriamente, urge salientar, o acoimado menciona anexos (mapa de locação e travado de redes) que não acompanharam a documentação protocolizada;
- ii) feita a ressalva precedente, partimos da premissa de que se foi contestada a execução de 29 ‘PVI06’ seria mais lógico e consistente a apresentação do mesmo quantitativo de registros fotográficos como procedimento apto a conferir maior valor probante à contraposição, acompanhados, pelo menos, de alguma fotografia reveladora da configuração do interior dos poços;
- iii) outrossim, foram apresentadas fotografias tão somente de sete tampões de concreto de aparentes ‘chaminés’ (peça 5, p. 8-11) de algum elemento que compôs as obras de arte correntes (OAC);
- iv) acrescente-se, foi baseado em observações **in loco** feitas durante a auditoria e, concomitantemente, recorrendo a registros fotográficos produzidos pela própria prefeitura na fase de execução das obras e serviços (peça 98, p. 10, primeira foto; p. 11, segunda foto e p. 12, segunda foto) que se evidenciou que as únicas OAC com ‘chaminés’ eram, na verdade, caixas de ligação e passagem (CLP);
- v) essas CLP têm a função de interligar as caixas coletoras das bocas de lobo com a tubulação central de coleta das águas. Convém ressaltar, a colocação de chaminés em CLP foi completamente atípica porque uma diferença fundamental com poços de visitas (PV) é justamente porque aquelas não são visitáveis. A arquitetura interna de PV também é mais complexa, mais ampla, exige acessórios inerentes (escada de acesso, por exemplo), câmara de trabalho e requer sempre tampão de ferro fundido, dentre outros diferenciais construtivos, como se pode ilustrar com especificações extraídas da 4ª edição do Álbum de Dispositivos de Drenagem, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias, do Departamento Nacional de Transportes - IPT/DNIT (peças 100-101);
- vi) cabe enfatizar, o Memorial Descritivo e Especificações apresentado pelo Compromissário juntamente com outros elementos do projeto, no trecho que discorre sobre o sistema de drenagem e OAC faz uma única e vaga referência a poços de visita, além de não descrever a forma de execução como fez com os bueiros, as bocas de lobo e caixas coletoras (peça 99, pg. 63-67, subitem 5.3). Nos desenhos técnicos do projeto também só estão contemplados detalhes das bocas de lobo e respectivas grelhas e caixas coletoras (peça 99, pg. 76);
- vii) por outro lado, quando necessário, o ‘PVI06’ é especificado para tubulação de 150 cm de diâmetro (peça 100). Destarte, a literatura técnica pertinente recomenda como distância apropriada entre um e outro poço de 100 e 150 metros. Como a tubulação de drenagem com aquele dimensionamento teve apenas 136 metros lineares executados (conforme sétima e

última medição - peça 102, p. 16, subitem 3.08), condizente com o projeto (peça 99, p. 57), nem mesmo um único PVI06 seria absolutamente obrigatório nesse segmento.

28. Sem prejuízo das anotações acima, é imperioso destacar que nas inspeções realizadas na auditoria, levada a efeito por equipe da Secex-TO, foram identificados sinais exteriores das CLP, por meio das atípicas chaminés, em apenas um segmento da avenida Senador Pedro Ludovico Teixeira, condizente como o trecho do PV 12 ao PV 23, baseando-se na planta de locação (peça 99, p. 72), totalizando 10 unidades de tal elemento do sistema de drenagem, cuja tubulação prevista era de 1000 cm de diâmetro. Também foram observadas 2 CLP na tubulação com 150 cm de diâmetro, destinatária das águas recolhidas na avenida supra para conseqüente despejo no córrego Lavapés, ambas com a parte da estrutura aparente (acima do solo).

29. Não possuindo as características de PVI06 para facilitar justamente o acesso, ficaram inviabilizadas as conferências de aspectos construtivos e aferições de medidas internas das CLP observadas, ou das outras presumidas em função dos tampões de concreto aparente existentes na superfície da via urbana.

30. Em nosso entendimento, houve supressão de todo quantitativo dos PVI06 e, sem mitigar o caráter de irregularidade, o que foi executado em substituição materializou-se em número inferior, ainda assim ocorrendo em desacordo com o tipo de OAC especificada no projeto, circunstâncias com elevado potencial para comprometer o processo de manutenção do sistema, especialmente em casos de obstrução da tubulação, bem como a sua vida útil. É por este raciocínio que sequer cogitamos um abatimento do débito com alguma referência de preços para as CLP contadas, ainda que sejam no número afirmado.

31. Esses receios são corroborados porque, como revelado em declaração e em fotografias da própria defesa em análise (peça 75, p. 9-11), parte considerável da avenida Senador Pedro Ludovico não era e ainda não é pavimentada, tornando o escoamento de águas pluviais por meio de grelhas e bocas de lobo ineficaz ou, mais, grave, contribuindo decisivamente para o entupimento da rede de drenagem por concorrer decisivamente para carregar o solo superficial da via urbana não pavimentada para dentro das caixas coletoras e tubulações. Esse problema também foi ressaltado em vistoria da representante da SIH/MI, em 2012 (peça 103, p. 2, item 6).

Alegação de defesa: Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 71)

(...)

33. Relativamente ao valor de R\$ 14.551,71 alusivos aos rendimentos financeiros auferidos em aplicações financeiras dos recursos federais, utilizados em serviços não autorizados pela SIH/MI ou retidos indevidamente, laconicamente a construtora refuta a imputação alegando que em nenhum momento administrou ou aplicou os recursos repassados, cuja gestão exclusiva competia ao município.

Análise

34. Em ordem mais direta, é procedente o argumento de que competia ao município Compromissário gerir os recursos repassados pelo órgão federal Compromitente.

35. Neste particular, recebidos os recursos na conta bancária vinculada à implementação do instrumento convenial a liberação de valores, na forma de pagamentos, a aplicação para obtenção de rendimentos financeiros ou a devolução de importâncias remanescentes em favor do Tesouro Federal eram incumbências próprias do gestor municipal, explicitadas no TC (peça 84, Itens III, IV, XVI e XVII).

36. Outrossim, do que foi liberado daqueles rendimentos como pagamentos à construtora não se pode afirmar que não houve contrapartidas em serviços e, ainda, a maior parte estava retida e permanece não devolvida até esta ocasião (peças 87-88 e 104). Nessa compreensão avaliamos ser juridicamente mais sensato isentar de responsabilidade a empresa pelo dano específico ora apreciado, o qual deve recair somente ao ex-prefeito municipal.

Alegação de defesa: Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 71)

37. Tratando do prejuízo ocasionado pela redução da DMT de 75 km, utilizada como fator de formação de custo para o serviço 'transporte de pedra rachão', para 20 km na execução dos serviços, o procurador da Ferreira Franco Engenharia Ltda. reprisa a mesma tese propalada pelo ex-prefeito, exibida no item 19 desta Instrução, consistindo em asseverar que não houve cotação para a aquisição do insumo 'pedra rachão' no orçamento e na proposta apresentada, sendo tal falha compensada, em comum acordo com a contratante, pela a redução da DMT, viabilizada pela existência de mineração fornecedora próxima a Formoso do Araguaia/TO.

Análise

38. Estabelecida a identidade de argumentos cumpre-se, por coerência, considerar inverídicas as alegações, nos mesmos termos narrados no item 20 desta Instrução, descabendo acolhimento.

Alegações de defesa: Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 71)

39. Reportando-se ao prejuízo derivado da redução de 1,00 metro (50 cm do cada lado) de largura do lastro de pedra projetado para preparar o leito dos canais para receber os colchões reno e as caixas de gabiões dos canais de drenagem, opta o procurador da empresa citada por sugerir displicência dos auditores, os quais não atentaram devidamente para as memórias de cálculos dos quantitativos para o lastro de pedra arrumada, afirmando terem ocorridos duas situações, quais sejam:

- i) o projeto previa o lastro com 12 metros de largura, entretanto, para os quantitativos licitados utilizou-se a largura de 11 metros;
- ii) agindo em sentido oposto, na fase de obras foi executado o lastro com 12 metros, porém, só foi medido e pago quantitativo referente a uma largura de 11 metros de tal lastro.

Análise

40. Além de restringir-se ao córrego Lavapés, sendo omissa em relação ao córrego do Lago, são inverídicas as proposições, revelando má-fé processual, comprovada pelos seguintes fatos:

- i) mais de um elemento que integra o PB exibem inequivocamente a informação de que o lastro (enrocamento de pedra arrumada) do córrego Lavapés deveria ter 12 metros e do córrego do Lago 8 metros de largura (peça 99, p. 47 e 56, item 2.9 da planilha e p. 76, desenho do corte transversal do canal);
- ii) sobreleva destacar, o cálculo das variáveis para consumo, em metros cúbicos (m³), no serviço 'enrocamento de pedra arrumada', era a largura, o comprimento do canal e, por último, o fator de consumo (empolamento) da pedra por m³ preparado como lastro;
- iii) a totalização do montante de pedra a ser consumida na execução dos lastros dos canais do Lago e Lavapés (6.992,00 m³ + 10.872,33 m³ = 17.864,33 m³), demonstrada nas memórias de cálculo (peça 99, p. 47 e 56, item 2.9 da planilha), coincide com o valor orçado em planilha do PB (peça 99, p. 2);
- iv) os quantitativos físicos e financeiros também coincidiram com a proposta da executora porque o primeiro termo aditivo ao Contrato 62/2009, firmado entre o município e a empresa Ferreira Franco (peça 92), promoveu uma espécie de adesão àquela planilha do PB, eis que ajustou o valor global à exata importância do valor pactuado no TC;
- v) o boletim da sétima e última medição exibe claramente que o montante cobrado para o serviço 'enrocamento de pedra rachão arrumada' foi de 17.864,33 m³, incorrendo em R\$ 2.077.978,87;
- vi) derradeiramente, os furos laterais realizados contiguamente às margens dos dois canais (peça 94), como procedimento de inspeção realizado em sede de auditoria conduzida por equipe do TCU, revelou que ambas as extremidades dos lastros de pedra foram suprimidas em meio metro (peça 95), confirmando-se a irregularidade e dando azo à citação por dano efetivo.

Alegações de defesa: Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 71)

41. Concernindo ao débito resultante da redução do volume estimado nas etapas de escavação e reaterros das valas e taludes previstos e dimensionados no projeto para a construção dos canais de drenagem dos Córregos Lavapés e do Lago, que provocaram supressão de volumes nos itens

de serviço identificados pelos códigos 2.04, 2.05, 2.06, 2.14 e 2.15, da planilha de serviços, quantitativos e preços, o alegante apenas registra que segue a mesma linha de raciocínio antecedente, encerrando com a afirmação de que o projeto foi executado na íntegra, inexistindo respaldo para redução de quantitativos.

Análise

42. Por questão de proporcionalidade, sendo tão lacônica a alegação oferecida, cabe reiterar os mesmos termos de nossa opinião manifestada nos itens 24 e 25 desta Instrução, reafirmando a adequação do débito apurado em consonância com os fatores determinantes (peça 97). Logo, nosso entendimento é de que a alegação é absolutamente insuficiente para desconstituir o débito.

Alegações de defesa: Ferreira Franco Engenharia Ltda. (peça 71)

43. No que pertine à imputação de inexecução de 29 ‘poços de visita – PVI06’ previstos e cobrados a defesa sustenta que foram executados e estão disponíveis para vistoria a qualquer momento, acrescentando que as ‘bocas de lobo’ não foram medidas nem executadas pelo fato de as ruas não serem pavimentadas.

Análise

44. Nossa avaliação organiza-se com amparo nos seguintes raciocínios e ressalvas:

i) cabem todas as análises e ponderações discriminadas nos itens 27 a 31 desta Instrução, as quais deixam patente nossa convicção de que nenhum PVI06 foi executado conforme especificações usuais, que houve substituição parcial por CLP, diferentes e incapazes de substituir aqueles elementos do sistema de drenagem previstos no projeto, bem como da impossibilidade de haver qualquer compensação pelas OAC executadas em desacordo com o projeto;

ii) nenhuma alusão foi feita às bocas de lobo no expediente citatório (peças 57, p. 5).

45. Nessas bases, concluímos que as alegações ora apresentadas não merecem acolhimento, mantendo-se o débito gerado pela inexecução dos ‘PVI06’.

AUDIÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS

46. Cumprida a etapa anterior, cumpre-nos empreender a análise das justificativas trazidas pelos agentes jurisdicionados intimados por meio de audiências determinadas no Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário. Seguiremos a mesma ordem de disposição do aresto.

(...)

Responsáveis: Sra. Marília Barros Coelho, Sra. Lucélia Lima de Oliveira, Sr. Marcos Santos Jorge (ex-integrantes de comissão de licitação), Sr. Pedro Rezende Tavares (ex-prefeito, autoridade que autorizou deflagração e homologou processo licitatório) e Sr. Paulo Leniman Barbosa Silva (ex-assessor jurídico que atuou como parecerista em licitação):

Irregularidades: falhas relacionadas nos subitens 9.3.1.1. a 9.3.1.11 do Acórdão 1.255/2013 – Plenário

‘9.3.1.1. falta de elementos mínimos necessários para configurar a existência de projeto básico suficiente, como a licença ambiental prévia, o estudo hidrológico das bacias dos córregos Lavapés e Lago, o memorial descritivo ou especificações técnicas, a versão final dos custos estimados e dos projetos técnicos contemplando o dimensionamento da rede coletora de águas pluviais, o traçado e outras características dos canais de drenagem a serem construídos, em inobservância às disposições legais, normativas e jurisprudenciais (§ 2º do art. 7º da Lei 8.666/1993, Resolução/Conama 237/1997, Acórdão 2.099/2011 – TCU – Plenário);

9.3.1.2. inexistência de dotação orçamentária para respaldar os custos deles decorrentes, em descumprimento ao art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993, c/c o art. 16, inciso II e § 1º, inciso I, da Lei Complementar n. 101/2001, bem como às disposições do Acórdão 2.099/2011- TCU-Plenário;

9.3.1.3. indevida cobrança de tributo (taxa para emissão de licença municipal) em valor exorbitante, incompatível com o custo de reprodução das peças que efetivamente compuseram o edital, o que configura desrespeito ao teor do § 5º do art. 32 da Lei 8.666/1993;

9.3.1.4. limitação da disponibilização do edital somente na própria sede da Prefeitura e apenas durante o período vespertino do expediente diário, em desatenção ao art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993;

9.3.1.5. fixação de apenas um dia e horário para realizar vistoria dos locais onde as obras seriam realizadas, restringindo possibilidades e facilitando o conhecimento prévio do quantitativo e da identidade dos potenciais participantes, aumentando o risco de conluio ou combinações, além de condicionar que tal providência fosse incumbida somente a engenheiro civil, integrante do quadro permanente e detentor do acervo técnico exigido para a qualificação da pretensa licitante, representando restrições injustificadas e condenadas pela jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.979/2006, 800/2008, 890/2008 e 1.731/2008, todos do Plenário);

9.3.1.6. imposição a qualquer empresa interessada da obrigação de designar e credenciar profissional técnico de engenharia do seu quadro, detentor do acervo técnico a ser indicado para fins da qualificação técnica exigida para representá-la nos atos formais da licitação, com violação do art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993;

9.3.1.7. falta de justificativa dos quantitativos mínimos, para fins de qualificação técnica, bem como da razão da escolha de certos itens unitários de serviços previamente executados, em vez de se requerer demonstração de aptidão para executar obra similar à licitada, além de exigir tal demonstração em apenas um atestado ou certidão de execução de obra/serviço, violando preceitos do art. 3º, § 1º, inciso I, e art. 30, § 1º, inciso I, e §§ 3º e 5º, todos da Lei 8.666/1993 e da jurisprudência do TCU (Acórdãos 601/2008, 2.882/2008, 2.993/2009, 1.237/2008, 1.110/2007, todos do Plenário);

9.3.1.8. exigência de que a comprovação de inscrição e de regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos junto ao órgão fiscalizador da atividade fosse 'vistada' pela entidade equivalente no Tocantins, caso não sediados ou domiciliados neste Estado, criando condicionante não plausível e não prevista na Lei de Licitações e Contratos;

9.3.1.9. exigência de que o vínculo do profissional detentor do acervo técnico com a licitante ficasse circunscrito aos de natureza trabalhista e ao societário, criando limitação não condizente com os princípios da Lei 8.666/1993 e vedada pela jurisprudência do TCU (Acórdão 727/2009-TCU-Plenário);

9.3.1.10. exigência, para comprovação de habilitação econômico-financeira, além das demonstrações contábeis tradicionais, da apresentação de índices financeiros sem justificá-los e sem demonstrar sua pertinência ou necessidade, circunstância agravada pela estipulação de patamares incompatíveis com os índices adotados nas licitações conduzidas por órgãos federais (Lei 8.666/1993, art. 31, § 5º, Acórdão 597/2008-TCU-Plenário, IN/MARE 5/1995);

9.3.1.11. imposição aos interessados para que comprovassem possuir capital social 'integralizado' (equivalente a 10% do valor estimado para a licitação), bem como para que apresentassem a garantia de manutenção de proposta corresponde a 1% do valor estimado da contratação, cumulativamente com as exigências e qualificação mencionadas no item precedente, atentando contra disposição expressa da Lei de Licitações e entendimento jurisprudencial do TCU (Lei 8.666/1993, art. 31, **caput**, inciso III, e § 2º; Acórdão 6.613/2009-TCU-1ª Câmara);

(...)

Razões de justificativa: Sr. Paulo Leniman Barbosa Silva, parecerista jurídico.

49. O Sr. Paulo Leniman Barbosa Silva desenvolve sua defesa com a seguinte estratégia e justificativas (peça 34):

- i) reconhece que atuou no processo licitatório supracitado nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993 e, de início, suscita questão preliminar, cogitando que em se tratando de recursos administrados pela SIH/MI, os titulares do Ministério, da Secretaria vinculada, assim como o servidor designado para fiscalizar o andamento do Termo de Compromisso, inclusive seu substituto, deveriam ser ouvidos previamente, sob pena de nulidade processual, por violar os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- ii) de igual modo, questiona o fato de a Caixa Econômica Federal (Caixa) não ter sido chamada nos autos, alegando que cada medição foi aprovada pela instituição bancária;
- iii) enumera que estando a obra já concluída e a prestação de contas final apresentada, a falta de oitiva prévia do ordenador de despesa implica em ofensa às disposições do art. 197, **caput** e § 2º, do Regimento Interno do TCU, sendo a instauração desta TCE descabida;
- iv) discorre que no tipo de manifestação jurídica por ele realizada afasta-se a análise de aspectos de conveniência e oportunidade da medida ou da ação orçamentária, possuindo caráter meramente opinativo, de natureza técnico-jurídico, transcrevendo, em reforço, as disposições do art. 133 da Carta Magna, bem como do art. 2º, **caput** e § 3º, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), acompanhados de excertos de deliberações do Superior Tribunal de Justiça - STJ (REsp 1183504/DF) e do Supremo Tribunal Federal (MS 24073/DF e 24631/DF);
- v) superada sua concatenação sobre preliminares, afirma que os elementos previstos para integrar o Projeto Básico constavam do processo licitatório, ainda que em pastas e volumes distintos, salientando que a questão era de natureza técnica ligada à engenharia, afastando-se de seu mister como parecerista jurídico;
- vi) informa não ter havido violação do Acórdão 2.099/2011-TCU-Plenário, aludindo à incompletude do projeto e à falta de dotação orçamentária válida, tendo em vista que foi prolatado dois anos após a veiculação do edital da Concorrência impugnada;
- vii) que os elementos dos projetos constituem exigência do Siconv e sequer teria ocorrido aprovação e os repasses de recursos se não tivessem sido apresentados;
- viii) assevera que a dotação orçamentária estava indicada no subitem 11.1 do edital, acrescentando que se houve omissão quanto a tal dado haveria, ainda, amparo do subitem 9.2 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, aprovado pela Portaria 40/2011 daquele Ministério;
- ix) atribui à comissão de licitação competência pela fixação de taxa para aquisição do edital, ponderando que a documentação era complexa e volumosa e que o município não dispunha de máquinas copiadoras. Em adendo, diz que inexistia cláusula expressa no edital exigindo comprovação do pagamento da taxa de aquisição, atraindo a interferência da jurídica;
- x) quanto ao período de disponibilização do edital diz que a prefeitura municipal seguia horário de funcionamento e expediente previsto em norma interna, que a comissão de licitação não podia deixar de observá-lo em função do certame, complementando que outros órgãos federais possuem expediente externo semelhante sem qualquer objeção do TCU;
- xi) por outro lado, a fixação de um dia para realizar a visita técnica foi uma medida de economicidade, considerando que o município não possuía servidores em número suficiente para ficar à disposição de uma única licitação, possuindo outras demandas da mesma natureza, bem como pela simplicidade daqueles que não tem conhecimento sobre as deliberações do TCU. Destaca que se algum licitante se sentisse prejudicado poderia ter impugnado o item ou justificado perante a comissão de licitação a necessidade de outro dia para a visita;
- xii) referindo-se aos dispositivos legais (art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993) utilizados para refutar a cláusula editalícia que obrigava interessados a designar e credenciar profissional técnico de engenharia do seu quadro, detentor do acervo técnico e indicado para

fins da qualificação técnica, para representar as respectivas licitantes nos atos formais da licitação, sustenta que foram comandos leais inseridos posteriormente à licitação, revelando incongruência e rigor excessivo nas proposições dos auditores;

xiii) circunscrevendo-se à falta de justificativas de quantitativos mínimos de certos itens unitários, além de exigir sua presença em apenas um atestado ou certidão de acervo para fins de qualificação técnica, repele o caráter de irregularidade afirmando que eram critérios aceitos pelo TCU, à época da licitação, que a expressão ‘certos itens’ dificulta discernir quais os itens são objeto do questionamento, que a análise jurídica não comportava tal detalhamento e que a matéria não deu ensejo a qualquer recurso (art. 109 da Lei 8.666/1993), por qualquer interessado;

xiv) reportando-se à exigência de visto pelo órgão fiscalizador no Estado do Tocantins, da comprovação de inscrição e de regularidade da empresa e dos respectivos profissionais técnicos, quando domiciliados em outra unidade da Federação, também apega-se ao fato de que não houve recurso na fase de processamento da licitação, além de considerar que o entendimento do TCU sobre o aspecto irregular da exigência só foi definido subsequentemente à realização da licitação (abril/2009);

xv) versando a respeito do edital ter circunscrito a comprovação de vínculo do detentor de acervo técnico aos de natureza trabalhista ou societário, novamente enfatiza que não houve impugnação, recurso ou reclamação (art. 109 da Lei 8.666/1993), conjugada com a hipótese de que os acórdãos do TCU utilizados para fundamentar a irregularidade foram proferidos em datas posteriores à licitação;

xvi) para defender as concomitâncias de comprovação de habilitação econômico-financeira, além das carências quanto aos índices financeiros em patamares desarrazoados estabelecidos como exigências habilitatórias, pondera que a contratação era de grande vulto para o município, que visava a seleção de empresa com capacidade financeira para a realização das obras, sem riscos de paralisações, mais uma em vez recorrendo à ilação de que não ocorreram recursos ou reclamações nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993;

xvii) mencionando o regramento do edital para a comprovação de capital social ‘integralizado’, simultaneamente com garantia de manutenção de proposta e com os demais requisitos de qualificação econômico-financeira, reitera os argumentos discriminados no subitem precedente,

xviii) como desfecho, ressalta que alguns acórdãos do TCU confrontados com a licitação não podem ser aplicados aos fatos, diante do brocardo **tempus regit actum**, ratificado, segundo o audiente, pelo disposto no art. 1º da Lei 4.657/2942 (Lei de Introdução ao Código Civil).

xix) conclui com a tese de que não se pode buscar responsabilização de parecerista jurídico, reiterando alusão a entendimentos manifestados no contexto do MS 24.631/DF, do STF.

Análise

50. Antes de qualquer avaliação das asserções argumentativas é impreterível registrar que o reconhecimento expresso do agente que ora se defende de que atuou como advogado parecerista, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, acarreta reflexos muito substanciais que atingem tanto seus argumentos, quanto sua responsabilidade.

51. Vergastamos as questões preliminares levantadas por várias razões de direito e de fato:

i) o mecanismo de instauração de TCE previsto no art. 197, **caput** e § 2º, do Regimento Interno/TCU, não obsta e nem é contraditório com a hipótese prevista no art. 252 do mesmo Regimento, decorrente de conversão de processo fiscalizatório de outra natureza no qual sejam verificadas irregularidades que resultarem em danos ao erário;

ii) esse último dispositivo regimental é fundado no art. 47 da Lei 8.443/1992, mencionado no subitem 9.1 do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário, legitimando a conversão (peça 1);

- iii) na auditoria que restou convertida nesta TCE não foram identificados atos omissivos ou comissivos dos titulares ou servidores da SIH/MI, razão pela qual não foram instados pelos meios processuais pertinentes;
- iv) a Lei 11.578/2007, que regula as transferências para estados, distrito Federal e municípios, por meio de termos de compromisso, para a execução de obras do PAC [Programa de Aceleração do crescimento], não requer a intermediação da Caixa como mandatária do órgão federal repassador de recursos, como ocorre nos casos de contratos de repasse. Nenhuma medição foi submetida ou aprovada por qualquer instância da Caixa;
- v) existe precedente jurisprudencial, emanado do STF, referendando a possibilidade de responsabilização administrativa de advogados que atuaram como pareceristas, em particular atendendo aos ditames da Lei Geral de Licitações:

MS 24584 / DF

Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno

‘Ementa: ADVOGADO PÚBLICO - RESPONSABILIDADE - ARTIGO 38 DA LEI Nº 8.666/93 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - ESCLARECIMENTOS. Prevendo o artigo 38 da Lei nº 8.666/93 que a manifestação da assessoria jurídica quanto a editais de licitação, contratos, acordos, convênios e ajustes não se limita a simples opinião, alcançando a aprovação, ou não, descabe a recusa à convocação do Tribunal de Contas da União para serem prestados esclarecimentos.’

- vi) outrossim, urge salientar que a responsabilização de pareceristas jurídicos é plenamente possível segundo a jurisprudência desta Corte, mormente quando se alude à manifestação decorrente do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, conforme excertos abaixo transcritos:

Acórdão 1.337/2011-TCU-Plenário (trecho do Voto):

[...]

‘A análise e aprovação, pela assessoria jurídica, de editais, minutas de contratos e instrumentos congêneres são atividades obrigatórias, previstas no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666, de 1993. Não pode o consultor jurídico querer se esquivar dessa responsabilidade. O papel da assessoria jurídica não é meramente opinativo. O entendimento do TCU acerca da matéria está contido no voto que fundamentou o Acórdão 147/2006-Plenário, *in verbis*:

‘(...) o legislador atribuiu relevante função à assessoria jurídica, qual seja, realizar um controle prévio da licitude dos procedimentos licitatórios e dos documentos mencionados no parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos’.

E mais adiante:

‘(...) a aprovação ou ratificação de termo de convênios e de aditivos, a teor do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993, difere do que ocorre com a simples emissão de parecer opinativo’.

Acórdão 5.291/2013-TCU-1ª Câmara (trecho do Voto)

[...]

‘Na verdade, para que haja a responsabilização, no âmbito do TCU, é desnecessária a caracterização de dolo ou má-fé, bastando que o gestor tenha agido com culpa. Não se exige a intenção de causar dano ao Erário, ou locupletamento, elementos que agravariam a situação do agente. Não se deve olvidar, ademais, que a condenação foi fundamentada no artigo 58, II, da Lei 8.443/1992, ou seja, em decorrência da prática de ato com grave infração à norma legal.

A responsável emitiu parecer jurídico favorável ao prosseguimento do certame, com base no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações.

Cuida-se, pois, de parecer que a doutrina e a jurisprudência denominam de vinculante, porquanto o procedimento licitatório só pode prosseguir se houver a aprovação da

assessoria jurídica, não havendo espaço para o gestor atuar de forma contrária, cabendo-lhe apenas decidir nos termos do parecer ou não decidir. Nesse caso, não há dúvidas: o parecerista responde subjetivamente por seus atos, conforme as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal: MS 24.584-1/DF e MS 24.631/DF.’

vii) para os advogados, a sempre lembrada ‘inviolabilidade por seus atos e manifestações’, deve estar adstrita aos limites da lei e, ainda, circunscrever-se à ‘administração da justiça’ (art. 2º, **caput** e § 3º, da Lei 8.906/1994). No art. 133 da Carta Magna tal dedução é cristalina, pois o dispositivo está inserido no contexto do Capítulo que trata das ‘Funções Essenciais à Justiça’ e, portanto, vinculadas à função judiciária, essencial e campo exclusivo do Poder Judiciário, sedimentando a preservação das prerrogativas daqueles legitimados a operar em tal domínio do Estado, particularmente para promover o instituto da capacidade postulatória dos advogados. No campo estritamente administrativo o advogado opera com idêntica responsabilidade que os gestores, sua equipe auxiliar ou pareceristas técnicos de qualquer outra área de conhecimento;

viii) o advogado existe para ter influência e, em regra, na atividade estatal atua para prestar assessoria relevante nas decisões que conduzam os gestores à implementação de atos, à celebração de convênios, contratos e outros eventos administrativos. Não fosse assim as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas não seriam privativas da advocacia, como preconiza a Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), tampouco outras leis gerais ou especiais, regulamentos, regimentos ou normativos daqueles demandariam pareceres jurídicos;

ix) ora, nesse contexto é preciso lembrar que ‘não se presumem, na lei, palavras inúteis’, aforismo consagrado pelos estudiosos e operadores da ciência jurídica. Assim, não haveria qualquer sentido para o parlamento aprovar e receber sanção presidencial diploma legal que expressamente exige participação do advogado e, nesse contexto, aceitar a tese esdrúxula que nenhuma consequência houvesse o emitente de parecer jurídico mesmo quando aprovasse minuta de edital eivada de ilícitudes flagrantes, seja por má-fé, negligência, erro, inépcia profissional ou outra razão. Fugir dessa responsabilidade é compreensível apelação de quem se vê premido pelas circunstâncias e na iminência de ser penalizado;

x) licitação é rito administrativo fundado em previsão constitucional e infraconstitucional, de elevada importância no campo da Administração Pública. A aprovação da minuta do edital por parte de advogado é procedimento inafastável para o regular prosseguimento do feito licitatório e tem o poder e o propósito de direcionar a decisão do gestor;

xi) descabidos, pois, todos os pedidos correlacionados às questões preliminares, de inspiração procrastinatória.

52. Ato contínuo, não é verdade que todos os elementos indispensáveis à caracterização do Projeto Básico constavam no processo. Também não se trata de exigir do causídico opinião sobre o conteúdo avaliativo de elementos que escapavam à sua área de especialização. A questão era observar se estavam presentes no processo elementos ou documentos requeridos na Lei Geral de Licitações, pelo menos em títulos para, só então, aprovar a minuta do normativo da licitação. Para ilustrar a completa alienação do parecer jurídico de aprovação, cabe transcrição pontual do RA que deu ensejo à conversão em TCE (peça 83, p. 7-8), extraído do processo apensando (TC 043.929/2012-5) e que foi embrião do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário:

‘X) importa ressaltar, o processo administrativo que registrou os atos e fatos alusivos à Concorrência 3/200 foram autuados em 6/4/2009, a partir de lacônica solicitação de contratação de serviços instruída tão somente da descrição genérica do objeto pretendido (peça 12, pg. 1). Mesmo após a elaboração da versão final e completa do edital e seus anexos (peça 12, pg. 4-46) apenas uma planilha de itens unitários de serviços e preços representava elemento inerente ao conceito de projeto básico previsto na Lei Geral de Licitações e Contratos. Mesmo com a incompletude e falhas já relatadas, a Concorrência

foi homologada em 4/5/2009 (peça 17, pg. 6) e o contrato celebrado em 9/6/2009 (peça 18, pg. 6). A Ordem de Serviço foi expedida e recebida pela construtora Ferreira Franco em 2/12/2009 e, convém lembrar, o Termo de Compromisso só foi aprovado pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MIN) em 18/12/2009, conforme teor da Portaria 97/2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 23/12/2009 (peça 10) e os elementos do projeto básico aprovados em 23/3/2010.

Esse breve retrospecto deve ser considerado pois indica que o processo licitatório foi conduzido sem os elementos mínimos que deveriam compor o projeto básico, ante ao fato de que em 3/4/2009 foi celebrado contrato e emitida ordem de serviço para que a empresa JC Consultoria, Construções e Projetos Ltda. iniciasse a elaboração dos projetos da obra (peça 26). Diversos documentos comprovam a Concorrência 3/2009 não foi instruída com projeto básico da obra, destacando-se:

- o Estudo Hidrológico da área afetada pela obra de macrodrenagem foi concluído somente em julho/2009 (peça 24, pg. 10-40);

- o Memorial Descritivo/Especificações Técnicas para a obra (peça 24, pg. 60-71) foi concluído em 30/11/2009;

- não houve o licenciamento ambiental exigido no Anexo I da Resolução Conama 237/1997 para obras civis de construção de canais de drenagem. A licença de instalação apresentada como parte do projeto básico (peça 24, pg. 1) refere-se à construção de uma ponte de concreto localizada sobre o Córrego Lavapés, porém, é contemplada no escopo do Convênio 1380/2008 (peça 40, pg. 3, item 3.00 e pg. 18), distinto do Termo de Compromisso em causa. Além da Resolução supracitada, a ausência do licenciamento pertinente viola exigência do art. 12, inciso VII, da Lei 8.666/93;

- a aprovação do projeto pela SIH/MIN, como condição intransponível para liberação de recursos vinculados ao Termo de Compromisso, conforme teor do art. 5º da Portaria 97/2009 (peça 10), ocorreu somente em 18/3/2010 (peça 25).

- o valor global da obra originalmente contratado com a Ferreira Franco (R\$ 16.330.568,26) e que fora baseado apenas numa versão da planilha de custos estimativos não arrimados nos demais elementos do projeto básico, especialmente o projeto do traçado, nivelamento e dimensionamento dos canais, do estudo hidrológico das bacias dos córregos Lavapés e Lago, superava o valor aprovado (R\$ 15.808.160,98) pela SIH/MIN, fato que obrigou o Município e a construtora a firmar em 18/1/2010 o primeiro termo aditivo (peça 19) ao Contrato 62/2009, com a finalidade exclusiva de reduzir o valor global e ajustá-lo ao valor compromissado pelos Entes Públicos. Em virtude dessa alteração todos os quantitativos e preços unitários contratados junto à Ferreira Franco foram integralmente substituídos pelos que constaram no projeto aprovado.

Com muita pertinência ao assunto ora tratado, o subitem 9.1.1 do Acórdão 2099/201-TCU-Plenário deixou assente que ‘a jurisprudência desta Corte de Contas é pacífica no sentido do necessário cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 7º da Lei n. 8.666/1993 para qualquer empreendimento que utilize recursos federais, por meio de termo de compromisso ou contrato de repasse, de tal forma que não há como se admitir a realização de licitação com base em projeto básico que não obteve a aprovação do órgão técnico competente na esfera federal’;

Convém acrescentar, o Município não havia feito adequado levantamento prevendo a necessidade de prévia desapropriação de áreas particulares a serem afetadas pelas obras, circunstância que deu ensejo a paralisação temporária dos serviços (peça 21), além de demandas oriundas do Ministério Público Estadual e ações na Justiça Estadual (peça 23), em que pese tais eventos não terem impedido a continuidade e a conclusão das obras.’

53. Vê-se que era grave a carência dos elementos previstos na conformação de um Projeto Básico (art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993), requisito essencial que as obras e serviços fossem licitadas (art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993).

54. Secundariamente, a simples menção a um código como fonte orçamentária para respaldar os custos e obrigações decorrentes da obra não satisfazia às demandas legais (art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 16, inciso II e § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2001). Isto porque o mesmo dispositivo revelava sem pudores que a confirmação da fonte orçamentária dependeria de convênios a serem firmados como Governo Federal (peça 105, p. 11, item 11).

55. Em resposta a Consulta formulada pelo Ministério das Cidades o TCU proferiu, por meio dos subitens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.099/2011-TCU- Plenário, orientação no sentido de que 'não se admite a efetivação de contratações antes da pactuação do respectivo termo de compromisso ..., com base apenas em normativos ... que venham a fazer menção à previsão de liberação de recursos federais para implementação de um empreendimento, salientando que 'a garantia de transferência de recursos nas obras executadas no âmbito do PAC somente ocorre com a pactuação de termo de compromisso...'. Ora, o Termo de Compromisso só foi firmado e aprovado meses depois da licitação já concluída.

56. A propósito, as referências ao aresto acima não foram para utilizá-lo como ato legal ou infralegal descumprido mas, para demonstrar o entendimento, a interpretação desta Corte de Contas de comandos daquela natureza confrontados com hipóteses circunstanciais, não repercutindo em favor do audiente o fato de ter sido prolatado após a ocorrência das irregularidades.

57. Contraditoriamente, ainda tratando da cláusula da despesa, apega-se a suposto amparo em manual aprovado em 2011 pelo Ministério das Cidades. Nem manual tem força normativa, em sentido estrito, nem foi oriundo do MI além de ser, neste caso, descabida a evocação, tendo em vista que a publicação materializou-se dois anos após a consumação da irregularidade havida na licitação. De qualquer modo, vale ressaltar que o argumento corrobora aquilo que foi fixado no Acórdão 2.099/2011-TCU- Plenário, como se extrai da redação do sobredito manual:

'9.2. Os editais de licitação para consecução do objeto previsto no Termo de Compromisso somente poderão ser publicados após a assinatura do respectivo Termo e conclusão da análise técnica pela Caixa, com o correspondente orçamento.'

58. Relacionando-se ao Termo de Compromisso aprovado pela Portaria 97/2009, da SIH/MI, não houve qualquer tramitação procedimental via Siconv nas fases de propositura, avaliação, aprovação, celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas, como afirma a parte.

59. De fato, a fixação do tipo de tributo (taxa), do valor exorbitante, da efetiva cobrança ou dispensa injustificada a interessados para disponibilização dos elementos editalícios ocorreu após a aprovação da minuta, não dispondo o edital sobre tais aspectos (peça 105, p. 4, subitens 1.2), razão pela qual a irregularidade discriminada no subitem 9.3.1.3 do Acórdão 1255/2014-TCU- Plenário, comporta a exclusão desse ponto do rol de irregularidades atribuídas ao parecerista jurídico.

60. Não foi apresentada comprovação de estipulação de horário especial para o expediente por meio de norma, aviso ou outro meio emanado por autoridade municipal competente. Não obstante, durante a auditoria houve confirmação de que o funcionamento dos órgãos municipais na época da licitação e até o período daquela ação fiscalizatória foi e era compreendido diariamente das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h (peça 83, p. 4).

61. A extremada limitação de condições para disponibilização do edital a eventuais interessados não se ateve somente ao horário de expediente, como tangencia o parecerista. Mesmo dispondo de meio eletrônico amplamente difundido e acessível (e-mail), ou até mesmo o fax para distribuir a potenciais licitantes interessados a maioria dos elementos (edital, anexos, memorial, especificações, planilhas e etc) capazes de permitir uma análise primária das condições, objeto e preços, o edital aprovado definiu que somente poderia ocorrer a disponibilização

presencialmente, exclusivamente na sede da prefeitura, com entrega em meio impresso (peça 105, p. 4, subitens 1.2 a 1.4).

62. Ainda que superados tais complicadores, a entrega das especificações técnicas só poderia ser liberada com a prévia demonstração de atendimento dos requisitos de qualificação exigidos no edital, numa espécie de pré-habilitação, em flagrante abuso e ilegalidade.

63. Também não se pode acolher as justificativas de que a fixação de um único dia para realizar a visita técnica (peça 105, p. 9, subitens 5.1.2 a 5.1.4) foi uma medida de economicidade, e que havia limitação de servidores, eis que não se apresentou comprovação disso. A equivocada regra do edital facilita o conhecimento prévio sobre quem e quantos serão os eventuais concorrentes, permitindo o conluio entre eles, até mesmo para definir que não haverá disputa, nem mesmo simulacro. A irregularidade deve ser avaliada, também, em conjunto com as seguintes considerações:

- i) o atestado ou declaração de vistoria nem é peça essencial para a habilitação de licitantes, como se demonstra excerto do Acórdão 1.174/2008-TCU-Plenário: ‘atende o art. 30, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, sem comprometer a competitividade do certame, conforme art. 3º, § 1º, inciso I, do citado dispositivo legal, a substituição de atestado de visita por declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiros com o órgão licitador’;
- ii) a realização de tal visita por engenheiro civil integrante do quadro permanente e detentor do acervo técnico exigido para a qualificação foi condicionante ilícita, segundo disposição manifestada no Acórdão 800/2008-TCU-Plenário (Sumário), no qual se registra: ‘Inexiste fundamento legal para se exigir, com vistas à habilitação da licitante, que a visita técnica seja realizada por um engenheiro responsável técnico, detentor de vínculo empregatício com a empresa licitante’;
- iii) em apoio, o Acórdão 1.731/2008-TCU-Plenário dirige a entidade jurisdicionada disciplina para que ‘estabeleça que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame’;
- iv) some-se, ‘importa restrição ao caráter competitivo do certame o estabelecimento de prazo por demais exíguo para os licitantes vistoriarem os diversos locais onde os serviços serão executados’, consoante dicção do Acórdão 890/2008-TCU-Plenário (Sumário);

64. Foi puramente evasivo o ardil de alegar que foram inseridos posteriormente à licitação os dispositivos legais (art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993) utilizados para enquadrar a cláusula editalícia que obrigava interessados a designar e credenciar profissional técnico de engenharia do seu quadro, detentor do acervo técnico e indicado para fins da qualificação técnica, para representar as respectivas licitantes nos atos formais da licitação.

65. Obviamente, a substância legal que fundamentou a ilicitude foram as disposições existentes antes das alterações inseridas [na Lei 8.666/1993] pela Medida Provisória 495/2001, posteriormente convertida na Lei 12.349/2010. Objetivamente, a exigência prescrita no edital não encontra amparo legal, doutrinário ou jurisprudencial e criou evidente dificuldade para atrair interessados em disputar as obras patrocinadas com recursos federais.

66. Tática semelhante ao caso antecedente reproduziu-se na oportunidade que teve para sanear a hipótese de falta de justificativa dos quantitativos mínimos e da razão de escolha de certos itens de serviço unitários para fins de qualificação técnica, a serem demonstrados em apenas um atestado ou certidão de execução de obra/serviço, em vez de se requerer demonstração de aptidão para executar obra similar à licitada. A ineficácia da defesa se completa com o seguinte:

- i) de modo oposto ao que meramente escreve e não comprova pelas vias inteligíveis, claras e apropriadas, os critérios não eram aceitos pelo TCU;

- ii) não há dificuldade para a defesa discernir a que se refere a expressão ‘certos itens’ porque para a finalidade especificada o edital continha inconfundíveis e específicos dispositivos (peça 105, p. 6-7, subitens 4.2.5, 5.2.5.1 e 4.2.5.2);
- iii) o Sumário do Acórdão 601/2008-TCU-Plenário discorre que ‘a adequação de exigências de comprovação da aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado deve ser plenamente demonstrada, sob risco de restrição injustificada do certame, caracterizando violação aos preceitos dispostos no art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993’ (grifo nosso);
- iv) o Acórdão 2.882/2008-TCU-Plenário contém comando por meio do qual determina a entidade jurisdicionada que ‘abstenha-se de vedar o somatório de atestados para fins de qualificação técnica dos licitantes, nos casos em que a aptidão técnica das empresas puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado’. Já o Acórdão 1.237/2008-TCU-Plenário deliberou no sentido de ‘que a comprovação de capacidade técnica seja feita mediante o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único, em observância ao disposto no art. 30, §§ 1º, 3º e 5º, da Lei nº 8.666/1993’;
- v) nenhum dos itens de serviços unitários definidos para comprovação de qualificação técnica possui o atributo de complexidade técnica, mesmo numa consideração feita por leigo. No entendimento do TCU ‘exigir-se comprovação da qualificação técnica para itens da obra que não se afiguram como sendo de maior relevância e valor significativo, além de restringir a competitividade do certame, afronta os ditames contidos no art. 30 da Lei n.º 8.666/1993 (Sumário do Acórdão 800/2008-TCU-Plenário)’;
- vi) a não ocorrência de impugnação ao edital ou recurso administrativo não afasta a natureza irregular das exigências.

67. Identicamente, o fato de não ter havido registro, pelo menos formal, de impugnação ao edital ou recurso administrativo na licitação, não neutraliza a essência abusiva e irregular das exigências inseridas nos subitens 4.2.3 e 4.2.3.1 do edital (peça 105, p. 6), os quais obrigavam os interessados em participar de eventual disputa a obter ‘vistos’ do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura no Tocantins (CREA/TO), nos documentos comprobatórios de inscrição e de regularidade da empresa e dos respectivos profissionais técnicos, quando domiciliados em outra unidade da Federação. Deduz-se, ante a falta de amparo legal e de fundamento de razoabilidade, que a finalidade era criar dificuldades desnecessárias e ilegítimas.

68. São inócuas as justificativas tendentes a afastar a presunção de irregularidade no requisito do edital que previu a obrigatoriedade de comprovar vínculo trabalhista ou societário do detentor de acervo técnico com a empresa licitante, restringindo nitidamente alternativas válidas:

- i) primeiro porque, reitera-se, a inoocorrência da impugnação do edital ou recurso na fase de processamento da licitação não depura a ilicitude;
- ii) segundo, o Acórdão 727/2009-TCU-Plenário, prolatado após a licitação inquinada, foi mencionado tão somente como referência jurisprudencial. No trecho que discorre sobre o achado irregular o próprio Relatório de Auditoria cita outras deliberações anteriores à Concorrência 3/2009, proferidas nos exercícios 2007 e 2008, a exemplo dos Acórdãos 1.100/2007 e 2.170/2008, ambos do Plenário do TCU (peça 83, p.5);

69. Relativamente às irregularidades configuradas pelas exigências simultâneas de demonstrações contábeis, índices financeiros em patamares não usuais e não justificados, comprovação de capital social ‘integralizado’ (equivalente a 10% do valor estimado para a contratação) e, ainda, prestação de garantia de manutenção de proposta (1% do valor estimado), para os propósitos de habilitação econômico-financeira, extrapolando disposições legais, normativas e jurisprudenciais (art. 31, **caput**, inciso III, §§ 2º e 5º, da Lei 8.666/1993; IN/MARE 5/1995; Acórdão 597/2008-TCU-Plenário e Acórdão 6.613/2009-TCU-1ª Câmara), a insubsistência das justificativas é assim resumida:

i) ainda que o valor envolvido no Termo de Compromisso e na licitação fosse considerado de grande vulto para o município, mesmo entendendo que o audiente com tal expressão não quis fazer alusão à definição de grande vulto prevista no inciso V do art. 6º da Lei 8.666/1993, e de pretender evitar riscos de paralisações, as ilações não eram e não são justificadoras de exigências extravagantes e extralegis;

ii) o que se pretende com os permissivos legais para exigências de qualificação técnica e financeira é fixação de garantias mínimas, apenas suficientes para que o futuro fornecedor ou prestador a ser contratado demonstre capacidade de cumprir as obrigações contratuais. De modo geral, sedimentou-se nessa Corte de Contas que ‘esse posicionamento encontra guarida no entendimento segundo o qual a Constituição Federal somente autoriza exigências que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não há de se admitir exigências que vão além disso com base no argumento de que a segurança da Administração restaria ampliada, na medida em que o máximo de segurança corresponderia, inequivocamente, ao máximo da restrição. E essa não é a solução proclamada pela Carta Magna.’ (trecho do Voto condutor do Acórdão 80/2010-TCU-Plenário);

iii) novamente reafirmamos, esse conjunto de irregularidade não se torna inofensivo pela falta de impugnações ou recursos concernentes à licitação, tampouco isso mitiga a responsabilidade de quem permitiu os efeitos de regramento manifestamente ilegal, mediante conduta omissiva ou negligente.

70. No caso concreto, não socorre ao parecerista qualquer benefício processual quando alega a máxima **tempus regit actum**, particularmente concernindo a referências jurisprudenciais utilizadas meramente para indicar entendimentos pacificados, adotados em situações ou eventos similares aos arrolados na auditoria;

71. Não tem influência para isentar o responsável por qualquer das irregularidades o disposto no art. 1º, da Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução ao Código Civil). A transcrição desse dispositivo legal possui apenas propriedade retórica.

72. Feita a ressalva do item 59, onde propomos a exclusão do rol de irregularidades atribuídas ao parecerista jurídico daquela discriminada no subitem 9.3.1.3, do Acórdão 1255/2014-TCU-Plenário (cobrança indevida de tributo, em caráter obrigatório e em valor exorbitante para fornecimento de cópia do edital), concluímos que não se pode relevar a conduta de encarregado de assessoria jurídica de ente público que se depara com tantas ilicitudes e ainda assim aprova os termos espúrios de um edital de licitação. A conduta do agente foi indesculpável, tendo potencial para acarretar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

(...)

Razões de justificativa: Sra. Marília Barros Coelho, Sra. Lucélia Lima de Oliveira e Sr. Marcos Santos Jorge (ex-integrantes de comissão de licitação).

Irregularidades: as descritas nos subitens 9.3.1.1 a 9.3.1.11 do Acórdão 1.255/2013 – Plenário, reproduzidas alhures, bem como a constante do subitem 9.3.3 do referido **decisum**:

‘9.3.3. Sra. Marília Barros Coelho, CPF 812.472.571-34, Sra. Lucélia Lima de Oliveira, CPF 944.638.911-91, e Sr. Marcos Santos Jorge, CPF 016.778.271-14, e Sr. Pedro Rezende Tavares, CPF 291.752.321-20, pela dispensa injustificada do pagamento do tributo previsto no edital para seu fornecimento em favor da licitante Ferreira Franco Engenharia Ltda., com violação ao previsto no art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993;’

74. Em verdade, as justificativas dos três integrantes da comissão de licitação (Marília Barros Coelho, Marcos Santos Jorge e Lucélia Lima de Oliveira) são do mesmo teor daquelas analisadas precedentemente, com quase todo conteúdo textual reproduzido **ipsi literis** (peças 50-52 e 63).

75. Naquilo que foi além dos argumentos já apresentados e analisados o trio agregou apenas nova argumentação e documentos pertinentes à irregularidade objeto do subitem 9.3.1.2 da

deliberação supracitada (inexistência de dotação orçamentária para respaldar os custos decorrentes das obras).

76. Nestas condições, reputamos ser necessário tão somente analisar as justificativas referentes à presunção de irregularidade que recai sobre a dotação orçamentária, a iniquação consignada no subitem 9.3.1.3 do Acórdão 1.255/2014-TCU-Plenário (cobrança indevida de tributo, em valor exorbitante e incompatível como custo de reprodução das peças que compuseram o edital), em razão do juízo explicitado nos itens 59 e 72 deste documento e, finalmente, da inculpação arrolada no subitem 9.3.3 daquele **decisum** (dispensa injustificada do pagamento da taxa em favor da Ferreira Franco Engenharia Ltda.), de modo que seja alcançada a completude apuratória.

77. Assim esclarecido, aduzem no contexto de suas justificativas:

- i) a existência de lei municipal que supostamente autorizava a abertura de créditos especiais pelo Executivo municipal, até o montante de R\$ 36.000.000,00 (peça 52, p. 15), para cobertura de despesas com obras de implantação de macrodrenagem e pavimentação;
- ii) que a cobrança de taxa para fornecimento do edital e seus anexos era de competência da comissão de licitação;
- iii) com tal cobrança pretendiam o ressarcimento pela reprodução de documentação complexa e volumosa, a qual ensejava diversas plotagens das plantas do projeto, demandando equipamento que a prefeitura não dispunha, nem que pudessem ser obtidas de terceiros no próprio município, sendo necessário deslocamentos até a cidade de Gurupi/TO, a 70 km de distância;
- iv) que inexistia no edital cláusula que exigisse comprovação do pagamento da taxa em questão como requisito para participar da licitação;
- v) com o auxílio de documentos anexados (peça 52, p 16-18) declamam que auditor do TCU recebeu documentação comprobatória do pagamento da taxa fixada para fornecimento da documentação da licitação à empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda.

Análise

78. Individualizando a questão, devemos observar que, de fato, a codificação funcional-programática prevista na lei municipal ora trazida ao nosso conhecimento (peça 52, p. 15) coincide com aquela anotada no edital (peça 105, p. 11, subitem 11.1). Todavia, vislumbramos vícios que tornam esse novel documento inútil para favorecer a defesa dos integrantes da comissão de licitação, por vários motivos:

- i) o diminuto valor probante do suposto diploma legal, eis que não publicado em diário oficial do município ou do Estado, não contém autógrafo da presidência da Câmara de Vereadores, de onde supostamente originou-se, nem despacho que deixe evidente e incontestado o ato de sanção do Chefe do Poder Executivo;
- ii) corroborando a hipótese de que inexistia dotação de crédito à época do pedido de abertura, da deflagração, do processamento e da homologação da licitação, atos ocorridos entre 6/4/2009 e 4/6/2009 (peça 106, p. 1 e peça 106, p. 6), a lei municipal em causa só teria sido promulgada em 31/8/2009;
- iii) como está expressamente descrito no preâmbulo e no art. 1º da lei municipal, seu objetivo teria sido ‘criar’ crédito especial no valor de R\$ 36.000.000,00. Ora, o art. 41, inciso II, da Lei 4.320/1964, define que esse tipo de crédito orçamentário é destinado a despesas para as quais ‘não haja’ dotação orçamentária específica no orçamento vigente;
- iv) o aperfeiçoamento da autorização legislativa só se daria com a abertura do crédito por decreto do Executivo, segundo o art. 42 da Lei Federal ora mencionada. A documentação não apresenta o decreto municipal correspondente;
- v) o art. 2º da lei municipal apregoa que as dotações orçamentárias decorreriam da ‘expectativa de arrecadação de recursos do Orçamento Geral da União, obtidos através da celebração de convênio’.

vi) sem nos preocuparmos com a nomenclatura utilizada na lei municipal, haja vista a natureza similar entre convênio e termo de compromisso, ocorre que a abertura de créditos especiais depende da existência de recursos efetivamente disponíveis, de não estarem comprometidos, precedidos de exposição justificativa, sendo fundamentos para tanto: i) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; ii) os provenientes de excesso de arrecadação; iii) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei e finalmente, iv) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las (art. 43, **caput**, e § 1º, incisos I a IV, da Lei 4.320/1964). A expectativa de celebração de convênios não é hipótese admitida.

79. A conclusão inafastável é que, comprovadamente, não havia crédito orçamentário apto a respaldar o lançamento da Concorrência 3/2009.

80. Continuando a análise, eliminam-se controvérsias a assunção da responsabilidade, de modo uníssono pelos integrantes da comissão de licitação, pela fixação de tributo, da espécie taxa, no valor de R\$ 500,00, para fornecimento do edital e seus anexos a quem quisesse tomar conhecimento de seus termos. A propósito, já na publicação resumida do aviso da licitação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, a estipulação de encargo estava bem destacado como condição **sine qua non** para retirada do edital (peça 108).

81. Não é verossímil a alegação de que a documentação era complexa e volumosa, ensejando diversas plotagens de documentos do projeto. Afirma-se isso porque:

i) os próprios audientes encaminharam cópia de documentação que traduz quase que integralmente todos os elementos do projeto básico que, ultrapassando a fase da licitação, restou concluída e reunida (peça 51 e peça 52, p. 1, 8-14);

ii) esse acervo é idêntico ao que foi angariado na auditoria (peça 99), composto por apenas 78 folhas, 71 delas no formato 'A4' e apenas 7 pranchas que necessitariam plotagem para impressão em dimensões típicas desse material. Não há como justificar a exação de R\$ 500,00 para tal expressão documental, especialmente levando para quase seis anos passados a representatividade tanto dos custos de impressão, quanto do próprio encargo cobrado;

iii) mesmo considerando que a impressão de todo material tenha sido a escolha padrão para disponibilizar o material, só seria razoável que as pranchas em tamanhos especiais fossem providenciadas fora da prefeitura, ainda que em outra cidade, acolhendo-se o argumento de que era necessário deslocar-se até a cidade de Gurupi/TO, a 70 km de distância. Por questão de racionalidade, era razoável que, nesta presunção, fossem impressos alguns conjuntos dos desenhos em tamanho diferenciado e não apenas os elementos tão somente de cada solicitação individualmente formalizada, dando ensejo a uma logística trabalhosa e cara, ainda mais se padeciam com a alegada limitação de pessoal;

iv) havia opção mais lógica, eficaz, útil e econômica, que consistia em disponibilizar o material em mídia eletrônica, por meio de CD-ROM, no mínimo, para as pranchas de papel com dimensão diferenciada. Aliás, essa é a praxe, porque permite aos profissionais e técnicos fazer leituras mais detalhadas, estudos e até especulações construtivas utilizando arquivos digitais compatíveis com **softwares** próprios para a área de engenharia civil.

82. Note-se que a rigidez do valor cobrado está relacionada ao fato de que a cobrança foi de ônus tributário, da espécie taxa (para emissão de certidão), conforme comprova a codificação da receita e sua especificação nas duas únicas guias de arrecadação de tributos que exigiram o pagamento para disponibilização do parco e incompleto material que se dispunha na ocasião (peça 107, p. 1 e 5), emitidas para as duas empresas que, apesar do aparente interesse demonstrado em função do desembolso para aquisição do material, não participaram da licitação (peça 106).

83. Importa salientar, o § 5º do art. 32 da Lei 8.666/1993 veda a cobrança de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital e seus elementos constitutivos,

quando solicitados, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

84. A redação do subitem 9.3.1.3 do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário (peça 1, p. 2) não mencionou que a comprovação do pagamento da taxa em questão era requisito para participar da licitação, motivo pelo qual é despicieudo contraditar a assertiva dos integrantes da comissão nesse sentido.

85. De fato, a previsão de reembolso de custos ou cobrança de valor fixo, a qualquer título, pelo fornecimento do edital e seus elementos, era apenas implícito no edital (peça 105, p. 4, subitem 1.2). Contudo, tornou-se regra extemporânea, ilegal e abusiva a partir da condicionante estabelecida no aviso (peça 108) e das cobranças efetivamente promovidas pelos integrantes da comissão de licitação.

86. O comprovante de depósito bancário ora trazido pelos membros da comissão de licitação (peça 52, p 18), no valor de R\$ 500,00, para atestar o pagamento da taxa cobrada para fornecimento da documentação relativa à Concorrência 3/2009 à empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., única participante e adjudicatária do objeto licitado, já havia sido considerado no processo apensado (TC 043.929/2012-5, pç. 6). Não acolher tal elemento como comprovante hábil é juízo assentado em vários detalhes e circunstâncias, quais sejam:

- i) agindo de modo diverso ao dos demais adquirentes, para cada um destes foi emitida uma guia de informação e arrecadação de tributos municipais (peça 107, p. 1 e 5);
- ii) no dossiê administrativo enquanto o comprovante de pagamento é acompanhado do recibo de entrega do edital para as duas outras empresas não participantes, para a Ferreira Franco há apenas o recibo de entrega da licitação, ausente qualquer cobrança (peça 107, p. 3);
- iii) a sequência de folhas numeradas do dossiê administrativo da licitação indica que até 18/5/2009 (peça 107, p. 1-4) aquele comprovante de depósito, efetuado em 5/5/2009, era estranho ao processo licitatório;
- iv) planilhas resumo das receitas, elaboradas pela coletoria municipal, nas colunas destinadas aos registros dos recebimentos de taxas, revelam montantes que superam o valor da taxa paga em 27/4/2009 pela empresa Marco Projetos e Construções Ltda. (peça 107, p. 1 e p. 6), bem como o valor pago ao mesmo título pela empresa Ecopav Construção e Pavimentação Ltda., em 15/5/2009 (peça 107, p. 5 e 7), sendo um indício dos recebimentos de tais taxas, tendo em vista que não eram individualizados (peça 52, p. 16, item 'f'). Entretanto, o pagamento feito pela Ferreira Franco, em 5/5/2009 (peça 52, p. 18), não encontra amparo nos valores arrecadados e registrados pela coletoria naquele dia (peça 107, p. 7), a qualquer título de taxa.

87. Desse modo, mantemos a opinião de que não houve o pagamento exigido dos demais interessados para liberação do edital à empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., violando a isonomia e os demais preceitos elencados no art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993.

88. As conclusões e inferências acima nos dão supedâneo para propor a apenação de Marília Barros Coelho, Lucélia Lima de Oliveira e Marcos Santos Jorge, ex-integrantes da comissão de licitação encarregada de processar e julgar a Concorrência 3/2009, no município de Formoso do Araguaia/TO, com a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

Audiência do ex-prefeito

89. No campo das audiências, o ex-prefeito Pedro Rezende Tavares foi instado a apresentar justificativas (...)

Responsável: Sr. Pedro Rezende Tavares, ex-Prefeito.

(...)

Irregularidades: as descritas nos subitens 9.3.1.1 a 9.3.1.11 do Acórdão 1.255/2013 – Plenário, reproduzidas alhures, bem como as constantes dos subitens 9.3.2 e 9.3.3 e seguintes do referido **decisum:**

‘9.3.2. Sr. Pedro Rezende Tavares, CPF 291.752.321-20:

9.3.2.1. dispensa da apresentação da garantia/caução correspondente a 5% do valor contratado, em detrimento da exigência constante do subitem 9.1 do edital da Concorrência n. 03/2009, o que configura violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, art. 41 da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.2. pagamento da nota fiscal fatura de serviços 0872 sem os correspondentes serviços realizados, o que caracteriza irregular antecipação de pagamento, em desacordo com os arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei n. 4.320/1964;

9.3.2.3. designação de preposta (Engenheira Maria Regina Borges Leal) para simular a fiscalização da execução da obra contratada, limitando-a a subscrever os boletins de medição físico-financeiras apresentadas, ignorando a supressão ou alteração de itens de serviço (lastro de pedra, escavações, reaterros, poços de visita) e não providenciando glosas nos preços de itens que tiveram fatores de formação do custo previstos na proposta de preços substancialmente reduzidos (DMT para transporte de pedra rachão);

9.3.3. Sra. Marília Barros Coelho, CPF 812.472.571-34, Sra. Lucélia Lima de Oliveira, CPF 944.638.911-91, e Sr. Marcos Santos Jorge, CPF 016.778.271-14, e **Sr. Pedro Rezende Tavares**, CPF 291.752.321-20, pela dispensa injustificada do pagamento do tributo previsto no edital para seu fornecimento em favor da licitante Ferreira Franco Engenharia Ltda., com violação ao previsto no art. 3º, **caput**, § 1º, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993;'

Razões de justificativa: Sr. Pedro Rezende Tavares

90. Simplificada e objetivamente, nas imputações que foram comuns aos demais servidores municipais alcançados nestes autos, as justificativas do ex-prefeito (peça 69) apresentaram-se com teor e conteúdo intensamente análogo, descabendo considerações pormenorizadas

91. A única particularidade refere-se à arguição de que a fixação e a cobrança efetiva da taxa para fornecimento do edital foi da alçada da comissão de licitação.

92. Conforme registros e análises constantes dos itens 80 a 87 deste documento, de fato os membros da comissão foram protagonistas tanto da cobrança tida como irregular, quando da dispensa de cobrança reputada como não isonômica, circunstâncias que tornam justa a exclusão destas impropriedades da carga de responsabilidades do ex-prefeito (subitens 9.3.1.3 e 9.3.3, do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário).

93. Sem embargo, não mereceram qualquer objeção ou comentário por parte do audiente as irregularidades que só a ele foram-lhe atribuídas, transcritas no item 89, acima. A comunicação de Audiência contemplando todas as irregularidades extraídas do Acórdão 1.255/2013-TCU-Plenário constituiu apenas um ofício, devidamente entregue à procuradora constituída nos autos pelo responsável (peças 26 e 60), tendo como prova cabal desse recebimento a apresentação de justificativas para as demais inquinações, inclusive, fazendo referência ao número da comunicação epistolar.

94. Com as reservas especificadas no item 92, precedente e, semelhantemente ao exame que formulamos quanto aos integrantes da comissão de licitação, opinamos que as justificativas oferecidas são insubsistentes para afastar a responsabilidade do ex-prefeito na materialização das irregularidades que lhe foram endereçadas. Complementarmente, outra não pode ser nossa conclusão senão presumir como verdadeiras as ilicitudes em relação às quais o ex-prefeito optou por não retorquir.

95. Em arremate, mostra-se cogente a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Sr. Pedro Rezende Tavares.

96. Embora o ex-prefeito Pedro Rezende Tavares tenha credenciado dois advogados como seus legítimos procuradores (peças 8 e 76), as respostas à audiência e à citação foram subscritas pelo próprio (peças 60 e 75). Para evitar artificios ou protelações processuais opinamos que, doravante, as comunicações processuais sejam dirigidas tanto à parte quanto ao procurador mais recentemente constituído (art. 145, **caput**, §§ 3º e 4º, c/c o §7º, do art. 179, do Regimento Interno).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

97. Relativamente à análise da boa-fé quando da análise das respostas às citações (art. 202, § 2º, do Regimento Interno c/c as disposições da Decisão Normativa TCU 35/2000), aquela não deve ser simplesmente presumida mas, devidamente evidenciada. Ademais, quando o responsável age de forma oposta, omissa ou negligente em relação aos deveres que seus compromissos ou sua função pública exigia não comporta tal hipótese a aplicação do princípio **in dubio pro reo**.

98. Ademais, as situações lesivas não foram decorrentes apenas de um fato ou evento isolado, mas de uma série de atos volitivos distintos, graves, correlacionados e sabidamente irregulares, os quais concorreram para malbaratamento de recursos federais, descabendo a presunção de boa-fé.

99. Importa salientar, a má-fé e o dolo configuram agravantes em relação à apuração de responsabilidades por eventual dano causado aos cofres públicos, motivo por que esses elementos subjetivos devem ser sopesados na dosimetria de eventual multa a ser aplicada por esta Corte de Contas (Acórdão 760/2013-TCU-Plenário).

100. As circunstâncias que emergem nestes autos permitem, desde logo, o julgamento definitivo de mérito (art. 202, § 6º, do Regimento Interno do TCU).”

7. Por fim, a Secex/TO propõe ao Tribunal (peças 111 e 112):

7.1. excluir o espólio da Sra. Maria Regina Borges Leal do rol de responsáveis solidários discriminado no subitem 9.2 do Acórdão 1.255/2013 – Plenário;

7.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pela empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., relativamente à utilização ou retenção indevidas dos rendimentos auferidos (R\$ 14.551,71) com aplicações financeiras dos recursos repassados por força do Termo de Compromisso aprovado pela Portaria 97/2009, da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional (SIH/MI), rejeitando todas as demais alegações da responsável;

7.3. rejeitar integralmente as alegações de defesa do Sr. Pedro Rezende Tavares;

7.4. acolher parcialmente as razões de justificativa do Sr. Paulo Leniman Barbosa Silva e Pedro Rezende Tavares, bem como rejeitar integralmente as apresentadas pelas Sras. Marília Barros Coelho e Lucélia Lima de Oliveira e pelo Sr. Marcos Santos Jorge;

7.5. com fundamento no art. 209, incisos III e IV, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Rezende Tavares e da empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias abaixo especificadas, na forma indicada:

7.5.1. Responsabilidade individual do Sr. Pedro Rezende Tavares:

Valor (R\$)	Data
14.272,60	30/11/2012
279,11	30/11/2012

7.5.2. Responsabilidade solidária do Sr. Pedro Rezende Tavares e da Ferreira Franco Engenharia Ltda.:

Valor (R\$)	Data
137.473,89	26/11/2010
500.051,60	09/09/2010
276.690,73	02/08/2010
226.372,09	31/05/2010
222.660,90	26/11/2010
178.838,79	24/09/2010
654.650,10	09/09/2010
372.885,60	02/08/2010
50.664,04	31/05/2010
108.995,82	09/09/2010

149.820,17	26/11/2010
7.582,08	09/09/2010
857,19	09/09/2010
36.404,08	26/11/2010
4.115,72	26/11/2010
38.765,26	26/11/2010
22.710,96	26/11/2010
123.079,70	26/11/2010
69.490,05	05/04/2010
2.481,79	12/05/2010

7.6. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 267 do Regimento Interno/TCU ao Sr. Pedro Rezende Tavares e à empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda.;

7.7. com espeque no art. 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aplicar multas individuais ao Sr. Paulo Leniman Barbosa Silva, ao Sr. Pedro Rezende Tavares, às Sras. Marília Barros Coelho e Lucélia Lima de Oliveira, e ao Sr. Marcos Santos Jorge, por não lograrem êxito em elidir as irregularidades discriminadas abaixo:

Responsável	Irregularidades cometidas (dispositivos do Acórdão 1.255/2013 – Plenário)
Paulo Leniman Barbosa Silva	9.3.1.1 a 9.3.1.2 e 9.3.1.4 a 9.3.1.11
Pedro Rezende Tavares	9.3.1.1 a 9.3.1.2; 9.3.1.4 a 9.3.1.11 e 9.3.2.1 a 9.3.2.3
Marília Barros Coelho	9.3.1.1 a 9.3.1.11 e 9.3.3
Lucélia Lima de Oliveira	
Marcos Santos Jorge	

7.8. autorizar, desde logo, o parcelamento das importâncias devidas, em até trinta e seis vezes, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 dias após o recebimento da notificação, caso solicitado por quaisquer dos responsáveis, com fundamento no art. 217, **caput**, e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU;

7.9. autorizar a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, com fulcro no art. 219, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

7.10. encaminhar cópia da deliberação adotada à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, com fundamento no 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

8. O **Parquet** especializado, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, manifesta-se de acordo com a proposta da unidade técnica (peça 113).

É o Relatório.